

PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE ULTRANEOLIBERALISMO

RESEARCH AND KNOWLEDGE PRODUCTION IN SOCIAL WORK IN TIMES OF ULTRALIBERALISM

INVESTIGACIÓN Y PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN SERVICIO SOCIAL EN TIEMPOS DE ULTRANEOLIBERALISMO

José do Amaral Junior¹

Resumo

Esse artigo apresenta uma análise, de caráter bibliográfico-documental, sobre a pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social, considerando os elementos centrais da historicidade desse debate e as principais conformações dos desafios atuais. Foi possível perceber que, herdando as discussões sobre a crise paradigmática das ciências humanas e sociais, e enclausurando-se em seu conservadorismo tecnicista, que o debate em torno da pesquisa própria do Serviço Social e sua produção de conhecimento foi incipiente e fragmentário até os anos 1980. Impulsionada, sobretudo, pelo Movimento de Reconceituação e seus desdobramentos, que se sucederam anos mais tarde, essa mudança realoca a pesquisa e produção de conhecimento como fundamentais na nova proposta do Serviço Social brasileiro. No entanto, os dilemas próprios do ultraneoliberalismo atual ameaçam as conquistas históricas e a centralidade da pesquisa da proposta, ao questionar a base da teoria social crítica, ao sucatear o processo de formação e ao alienar os espaços da prática profissional.

Palavras-chave: pesquisa; Serviço Social; ultraneoliberalismo; crise paradigmática.

Abstract

This article presents a bibliographic-documentary analysis of research and knowledge production in Social Work, considering the central elements of the historicity of this debate and the main configurations of current challenges. It was possible to perceive that, inheriting the discussions about the paradigmatic crisis of the human and social sciences and cloistering themselves in their technical conservatism, the debate around Social Work's own research and its production of knowledge was incipient and fragmentary until the 1980s. Driven mainly by the Reconceptualization Movement and its developments that followed years later, this change relocates research and knowledge production as fundamental in the new proposal of Brazilian Social Work. However, the dilemmas inherent to current ultra-neoliberalism threaten the historical achievements and the centrality of the proposal's research by questioning the basis of Critical Social Theory, scrapping the training process, and alienating the spaces of professional practice.

Keywords: research; social work; ultra-neoliberalism; paradigmatic crisis.

Resumen

Este artículo presenta un análisis, de carácter bibliográfico-documental, sobre la investigación y producción de conocimiento en Servicio Social, considerando los elementos centrales de la historicidad de ese debate y las principales conformaciones de los desafíos actuales. Fue posible ver que, heredando las discusiones sobre la crisis paradigmática de las ciencias humanas y sociales, y enclaustrándose en su conservaduría técnica, que el debate alrededor de la investigación propia del Servicio Social y su producción de conocimiento fue incipiente y fragmentario hasta los años 1980. Impulsado, sobre todo, por el movimiento de renombramiento y sus desdoblamientos, que se sucedieron años más tarde, ese cambio reordena la investigación y producción de conocimiento como fundamentales en la nueva propuesta del Servicio Social brasileño. Sin embargo, los dilemas propios del ultraneoliberalismo actual amenazan las conquistas históricas y la centralidad de la investigación de la

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Mestre em Economia Doméstica (UFV). Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça (UFOP). Economista Doméstico, Assistente Social e Historiador. E-mail: jcamaral1987@gmail.com.

propuesta, al cuestionar la base de la teoría social crítica, al ensuciar el proceso de formación y al alienar los espacios de la práctica profesional.

Palabras clave: investigación; Servicio Social; ultraneoliberalismo; crisis paradigmática.

1 Apresentação

A produção de conhecimento acompanha a humanidade desde seus primórdios, revelando-se como fundamental na apreensão do real e na compreensão do mundo em que se vive. A história da produção do conhecimento é, em termos gerais, a história da própria humanidade em seu metabolismo com a natureza. Vygotsky (2009), em sua acertada argumentação de que a humanidade forja o elemento humano na ação, no trabalho, no curso de sua intervenção em sua própria história, fala, portanto, da pesquisa enquanto movimento de apreensão do real e da construção do conhecimento no curso da história, a qual, invariavelmente, fala dos aspectos filosóficos que envolvem essa produção.

A ciência moderna tem sido cercada de dilemas que não podem passar despercebidos, sobretudo, ao tentar entender os desafios atuais para a produção e difusão do conhecimento. Da descrença generalizada, das possibilidades de seus impactos, - e aqui cite-se Hobsbawm (2018) descrevendo com precisão a formação de um pensamento anticientífico que ganhou corpo e força depois das Guerras Mundiais. À atualização do irracionalismo, muitas questões pertinentes cercam a temática, basta exemplificar com os debates irracionistas, negacionistas e anticientíficos que tomaram forma durante a recente pandemia da covid-19 para demonstrar que a sociedade do progresso e da ciência, que era pujante na retórica iluminista, parece ter cedido lugar a uma diversidade de posicionamentos antagônicos, disfuncionalidade altamente funcional à nova ordem do capital - um paradoxo dos tempos atuais.

Nesse contexto, as contingências históricas de incursão da pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social merecem um debate qualificado, que seja capaz de colocar à luz dessas questões a apreensão do real e as formas de conhecimento que instrumentalizam os profissionais, que embasam formas de intervenção e que, de fato, coadunam com a *práxis* compromissada com um novo projeto societário. Sabe-se que a pesquisa no contexto do Serviço Social se fortaleceu após os anos 1980, resultado de uma série de condições sócio-históricas específicas que buscaram romper com uma formação, até então, pragmática e utilitarista. A partir disso, a produção do conhecimento na área passou a fomentar um novo entendimento do lugar do Serviço Social nas relações sociais e nas ciências humanas e sociais, afastando-o da herança pretérita de intervenção puramente técnica e vocacionada. Esse movimento ocorreu acompanhando as mudanças societárias e os influxos e refluxos das relações sociais nas

ciências, principalmente as humanas e sociais. Por isso mesmo, a inserção da pesquisa, seu desenvolvimento e a produção de conhecimento no Serviço Social só podem ser compreendidos à luz das contingências históricas dessa ocorrência.

Assim, esse artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfico-documental, seguindo o percurso metodológico do materialismo histórico-dialético. Sua forma de exposição está dividida em três partes, a saber: (1) uma primeira que busca introduzir o contexto da filosofia da ciência na modernidade, perpassando as crises paradigmáticas que afetam, especificamente, as ciências humanas e sociais; (2) posteriormente, na segunda parte será apresentado o percurso sócio-histórico da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro; e (3) por último, relacionando essas discussões, busca-se demonstrar como a pesquisa e a produção do conhecimento tomam forma objetiva hoje no Serviço Social, com suas potencialidades e limitações, no devir dialético do concreto vivido e do concreto pensado.

2 A crise paradigmática nas ciências humanas e sociais

Para contextualizar a análise pretendida, é preciso situar o debate das ciências na modernidade, para que seja possível compreender o lugar do Serviço Social nessa discussão. A ascensão do capitalismo concorrencial acompanhou o discurso iluminista de progresso e bonança por meio da ciência, dando a sensação generalizada de que o sistema vigente seria capaz de resolver os problemas até então postos, muitos da ordem do próprio desenvolvimento das forças produtivas (Hobsbawm, 2018a). O autor demonstra também que, embora diversas áreas das ciências estivessem experimentando considerável avanço, como a biologia, a química e a física, ainda existia muito de pseudocientífico reproduzindo ideais dominantes, como vertentes racistas e eugenistas do darwinismo, da engenharia química etc. Aqui, faz-se importante ressaltar que será feito um recorte analítico a partir do capitalismo concorrencial para efeitos da proposta em voga, considerando que há um denso e importante debate que envolve a ciência moderna e seu método anterior ao século XIX. O destaque que se faz de ponto de partida é de como o desenvolvimento do método científico moderno acompanhou a retórica do iluminismo, não só para romper com o dogmatismo religioso prevalente no medievo e no Antigo Regime, como também para justificar as novas relações sociais estabelecidas - era a ascensão da ideologia burguesa.

As ciências humanas e sociais, muitas recém-formuladas, ainda herdeiras de um idealismo filosófico, outrora prevalente em quase todos os campos do conhecimento, tiveram dificuldades de estabelecer um caminho próprio, sucumbindo ao que era praticado nas ciências

duras, ou positivas. Daí decorre a divisão frequente que estabeleceu as ciências humanas e sociais ora no idealismo filosófico, ora no positivismo, conforme também demonstra Hobsbawm (2018a). É nesse diálogo, por exemplo, direcionado aos jovens hegelianos idealistas, que Marx e Engels vão estabelecer em “A Ideologia Alemã” (2007) a incursão da história pela dialética, que vai culminar com a famosa “tese onze”, que a filosofia deve transformar o mundo - reposicionando, assim, a ciência idealista, como ciência materialista historicamente orientada para a *práxis*.

Netto (1992) explica que a história acaba por formatar dois paradigmas prevalentes que vão ser amplamente atacados a partir do século XX: o positivismo e a razão instrumental. A partir dos eventos ocorridos na I e II Guerra Mundial, da Guerra Fria e dos desdobramentos do imperialismo, o autor explica que as ciências humanas e sociais passaram a ser questionadas por meio de ataques a esses paradigmas, embora tenha prevalecido uma crítica mais acentuada à razão instrumental. Marx e Engels, em suas obras como um todo², sempre foram fortemente opostos ao positivismo que adentrava as ciências humanas e sociais, demonstrando que embora a capilaridade positivista tenha sido ampla, sua negação também remonta ao século XIX. Por sua vez, a crítica da razão instrumental, como demonstra bem Hobsbawm (1995), mas também Adorno e Horkheimer (1985), decorre de uma descrença generalizada na ciência e nos seus produtos - aqui lembra-se novamente das Grandes Guerras, das Bombas Atômicas de Hiroshima e Nagasaki etc. - mas também das novas formas societárias impostas pelo capital, cuja lógica inerente não pode ser mais a retórica prevalente desde o iluminismo.

Soma-se, a partir disso, a decadência ideológica da burguesia, que também pairava sobre a modernidade aspectos filosóficos que difundiam um amplo irracionalismo que, em seus formatos mais extremos, justificou a dominação e a guerra, em movimentos como o nazismo (Lukács, 2020). Esse autor discorda, por exemplo, de Adorno e Horkheimer na afirmação de que movimentos como o nazismo e o fascismo surgem como formas hipertrofiadas da razão, para ele, são, na verdade, seu exato oposto, uma onda forte e conservadora irracionalista que marca uma fase da decadência ideológica histórica da burguesia no imperialismo, que vai se estender até os tempos atuais.

Disso decorre todo um debate no campo da filosofia da ciência, impossível de se resumir nesse texto, mas importante tê-lo de plano de fundo, pois, na medida em que as transformações societárias fazem emergir um novo sistema ideológico, que vai fortalecer vertentes irracionais e fragmentárias - a chamada pós-modernidade, embora perpassando o irracionalismo filosófico

² Cita-se em especial “A ideologia alemã” (2007).

e o estruturalismo - o campo científico vivenciou um efervescente debate metodológico. Os pós-popperianos, como bem lembra Netto (1992), e sua perseguição da pretensa falseabilidade do que é ciência - e o descarte categórico, por exemplo, do materialismo histórico-dialético por essa concepção - passando pelo anarquismo metodológico, de Paul Feyerabend (2011). Cita-se aqui a relevância de Thomas Khun (2017) e sua noção de “crise de paradigmas” nas ciências e em como, nas palavras de Netto (1992), as ciências humanas por serem consideradas pré-paradigmáticas foram de uma só vez consideradas não científicas, posicionadas fora das revoluções que modificavam os paradigmas vigentes, portanto, esvaziadas de credibilidade pela comunidade científica.

Acrescenta-se o contexto da pós-modernidade, bem explicado por Harvey (2008), em que a crítica à razão instrumental e aos paradigmas vigentes para as ciências humanas e sociais ressoa nos elementos ideológicos de uma “nova sociedade” e no encurtamento do espaço-tempo, o que coaduna com a descredibilização dos métodos clássicos, na negação das metateorias e meta-análises, na retomada de certo irracionalismo e na substituição das possibilidades epistemológicas de compreensão do real por formas de interpretação e narrativas sobre a realidade. Nas palavras de Netto (1992), passa a prevalecer um “situacionismo”, e os elementos ideológicos de uma pós-modernidade parecem estabelecer forte simbiose com uma “nova ciência”, avessa à razão instrumental. Esse cenário foi maximizado com a derrota do bloco comunista após a Guerra Fria, que fortaleceu os discursos antimarxistas, enfraqueceu os projetos de transformação social e abriu as trincheiras para a fragmentação pós-moderna.

O debate da “crise paradigmática nas ciências sociais” e como ele afeta o Serviço Social está presente na maior parte dos textos sobre o tema dos Cadernos ABEPSS, por exemplo, publicados no início dos anos 1990. Isso demonstra como a junção pós-modernidade/crise epistemológica também afetou, direta e intensamente, o Serviço Social. Como afirma Iamamoto (1993), a crise de paradigmas nas ciências sociais também exerce influxos sob o Serviço Social, o que demanda atenção e cuidado para o debate.

3 A trajetória histórica da pesquisa e produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro

Antes de prosseguir sobre como o imbróglio peculiar entre pós-modernidade e crise paradigmática nas ciências afeta, na atualidade, a pesquisa e produção de conhecimento no Serviço Social, é preciso compreender quais as contingências históricas determinam a incursão da área nesses campos. Sposati (2007) pontua que a pesquisa teve incursão tardia na área no Brasil, resultado direto do Movimento de Reconceituação que tomou forma na América Latina,

mas que determinou especificidades importantes na realidade do Serviço Social brasileiro. Aqui, importante lembrar do paradoxo da Ditadura Militar exposto Netto (2018), em que, apesar dos claros limites de organização política da sociedade civil e de acesso às leituras críticas, o período da autocracia burguesa no Brasil acabou incentivando o aumento dos postos de trabalho dos assistentes sociais, principalmente no Estado, o que culminou também em um crescimento e expansão a nível universitário da área. O autor argumenta, portanto, que os elementos firmados nesse período ditatorial acabaram resultando nas condições necessárias para que, mais tarde, a pós-graduação e a produção acadêmica própria do Serviço Social tivesse um *lócus* de realização, a universidade.

Mas o modelo prevalente até então do Serviço Social, conhecido como tradicional, carregava as marcas de um conservadorismo que, entre muitas problemáticas, tinha um lugar pragmático na divisão sociotécnica do trabalho e um afastamento considerável do que era produzido nas ciências humanas e sociais a que era contemporânea. Esse afastamento ocorreu, em um primeiro momento, em detrimento da influência franco-belga e do neotomismo característico desse modelo de “ação social”. Posteriormente, ocorre em função da adoção dos aportes estadunidenses e do positivismo que estava intrínseco na lógica do tripé caso-grupo-comunidade (Montaño, 2009). Esses “metodologismos”, conforme argumenta Netto (1992), tomaram forma no debate da área por muitas décadas, o que está bem objetivado nos Seminários (Araxá e Teresópolis, principalmente) e na constante retórica de que o Serviço Social era, por excelência, uma profissão da intervenção. Ambos os autores destacam que os “metodologismos” históricos tomaram o debate do Serviço Social em torno de sua identidade prática (ou não), sua visão endogenista de área de conhecimento auto cumulativo e seu *status* de ciência com método próprio. Longas décadas se arrastaram em torno desse debate, muitas vezes esterilizados e ceifados pelas condições objetivas em que era estabelecido.

Resgatando Hobsbawm (2018b), em sua análise sobre as ciências humanas no capitalismo imperialista, vale lembrar que as ciências humanas e sociais acabavam funcionalmente, adotando uma roupagem pseudocientífica e tecnicista, conversão necessária para atender as exigências de um sistema capitalista em rápida e constante modificação, sobretudo das relações sociais. Portanto, Iamamoto e Carvalho (2014), entendem que o Serviço Social emergiu nesse contexto, enquanto parte da divisão sociotécnica que evoca um modelo de intervenção específico na era do capitalismo monopolista - e aqui, considera-se que a proximidade com as suas protoformas é a legitimação de um espaço de trabalho necessário a essa nova configuração de relações sociais, o que faz emergir o Serviço Social atrelado a uma idealização de prática de intervenção.

Sendo a profissão da “coesão e do consenso” - palavras também de Yamamoto e Carvalho (2014) - o Serviço Social acompanhou, na América Latina e no Brasil, a formação pragmática, fatalista, messiânica, muito próxima das encíclicas papais, em um primeiro momento, e do fetiche da técnica neutra-científica positivista, posteriormente. Isso faz da área, mesmo sabidamente atuando no contexto das relações sociais e com as classes subalternas, distante das demais ciências humanas e sociais, cuja produção desde o século XIX, mas principalmente no século XX, é dada em distintas direções e com avanços consideráveis. Como demonstra Castro (2011), prevaleceu um campo distante ou apenas pontualmente relacionado às demais ciências e de seus avanços, o que vai retardar uma reflexão teórico-metodológica mais crítica sobre o que pode e o que deve, de fato, o Serviço Social, produzir e conhecer.

Considerando que a primeira escola de Serviço Social³ foi aberta no Brasil em 1936, identifica-se que, por cerca de quatro décadas, manteve-se o escopo fortemente influenciado pelos aportes franco-belga e estadunidense, o que esterilizou as possibilidades de uma incursão pela pesquisa que rompesse com o empirismo, com o pragmatismo e com a ação social vocacionada. Foi somente mais tarde, nas décadas de 1970 e 1980, que as contingências históricas corroboraram com um processo de mudança que, do trânsito pela particularidade, atingiram o Serviço Social brasileiro. Como demonstra Netto (2018), o esgotamento do desenvolvimentismo aliado a expansão dos cursos de Serviço Social, resultou em um cenário profícuo para que os “metodologismos” anteriores fossem superados na direção de uma aproximação com a teoria social crítica. Aqui, como destacam Oliveira e Santos (2020), é importante entender que os modelos pragmáticos anteriores já tinham seus correspondentes em termos de Teoria Social (como o funcionalismo e a fenomenologia), mas o que se abre nesse novo cenário é a possibilidade de uma aproximação com determinada teoria social que se proponha crítica, entendendo o Serviço Social no bojo das relações sociais e das contradições que atravessam sua existência.

A partir do movimento de reconceituação⁴ do Serviço Social que atingiu a América Latina como um todo, mas exercendo efeitos mais notórios no Brasil, o materialismo histórico-dialético passou a ser introduzido no debate da área (ainda que inicialmente de forma vulgar), o que invariavelmente reposicionou a pesquisa no processo de formação profissional. Tal movimento foi a gênese de uma mudança que seria mais intensa e significativa após os anos

³ A primeira escola de Serviço Social brasileira foi fundada em São Paulo pelo Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) hoje Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁴ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina ocorreu por volta de 1965 a 1975, tendo sido dissipado, principalmente, pelo contexto das ditaduras nessa parte do continente. Seu legado é de extrema importância para a maturidade do Serviço Social brasileiro, que viria a ganhar mais solidez décadas depois, a partir do contexto social e econômico dos anos 1980.

1980, quando as condições objetivas para romper com o Serviço Social tradicional estavam de fato dadas - como o esgotamento da Ditadura, leituras menos panfletárias do marxismo, a organização da categoria (Congresso da Virada de 1979), entre outros fatores. Como lembra Sposati (2007), foi nos anos 1980 que o primeiro programa de pós-graduação em Serviço Social foi aberto, na PUC-SP, tornando-se um espaço para que a produção de conhecimento e a pesquisa na área tomassem lugar no cenário nacional, dentro das normas da comunidade científica. Posteriormente, complementa a autora, nos anos 1990, seguir-se-ia com o reconhecimento pela CAPES do Serviço Social como área de pesquisa, uma afirmação importante e necessária para demarcar uma ruptura com as formas pretéritas que se pretendiam pragmáticas e afastadas da produção teórica, reivindicando o *status* de profissão cujo conhecimento era autogerado pelo acúmulo empírico.

Mesmo que a incursão pelo marxismo tenha ocorrido de forma vulgar em um primeiro momento - como argumenta Iamamoto (2013) - seu aprofundamento segundo a realidade dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social ganhou pujança e *corpus* nos programas de pós-graduação, de modo que os dilemas arrastados do passado começaram a ser analisados pelo prisma da teoria social crítica em um cenário mais favorável com o enfraquecimento do regime autocrático burguês, apontando novos direcionamentos. Inclusive, como destaca Netto (2009), coadunando com a construção de um projeto profissional, que tem como objetivo um projeto societário, só foi possível porque, dentre outros fatores - como a organização político-jurídica da categoria e a conquista de dispositivos legais regulamentadores - havia considerável acúmulo de conhecimento produzido na área do Serviço Social, resultado direto dessas mudanças.

Faz-se importante destacar, como parte desses dispositivos legais que ajudam a dar objetividade a determinado projeto profissional, as novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, que materializam a importância da pesquisa para o Serviço Social, deixando claro que a formação deve contemplar a necessária articulação entre pesquisa-ensino-extensão, que a pesquisa deve ser transversal ao currículo proposto, visto que o agir investigativo é competência indispensável para a formação dos assistentes sociais. Sposati (2007) argumenta que, adentrando as diretrizes, mas também outros documentos importantes para a categoria, como o Código de Ética de 1993, o agir investigativo passa a ser uma competência inerente a qualquer assistente social na atribuição das suas funções, valorizando a capacidade que os profissionais nos distintos espaços sócio-ocupacionais têm de apreender o real, contribuindo com a produção de conhecimento para a área. Essas mudanças, que tomaram forma sobretudo nos anos 1980 e 1990, consolidam uma proposta formativa para o Serviço Social brasileiro que está hoje em voga, suscitando os

dilemas e contradições que emergem de uma proposta homogeneamente erigida sobre a teoria social crítica, mas em tempos de ultraneoliberalismo que, destruindo tudo aquilo que está ao seu alcance, coloca questões importantes também para o processo de pesquisa e construção de conhecimento no Serviço Social. As novas diretrizes curriculares também, ao articular três núcleos fundantes que estruturam o processo formativo da área - fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica do Brasil e fundamentos do trabalho profissional - estabelecem que a pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço Social devem, de forma imbricada e transversal, dar conta de fomentar tal movimento, desafio que aumenta com o avanço do ultraneoliberalismo.

4 A pesquisa em Serviço Social em tempos de ultraneoliberalismo

Adentrando, especificamente, a terceira parte desse trabalho, reflete-se sobre as potencialidades e desafios para a pesquisa e produção de conhecimento no Serviço Social hoje, dado o cenário apresentado nas seções anteriores. Primeiro, em se tratando sobre o perfil dos estudantes e cursos de Serviço Social completamente modificado nas últimas décadas, há que se considerar que a mercantilização do ensino superior, sobretudo em formatos precários e céleres, dificulta que as Diretrizes de 1996 sejam efetivadas, extirpando do processo formativo o tripé ensino-pesquisa-extensão, fazendo prevalecer uma formação esvaziada criticamente, como exemplifica Iamamoto (2015). Daí decorrem outros dilemas, como demonstram Oliveira e Santos (2020): a concentração de onde estão a maior parte dos estudantes é inversamente proporcional ao local de concentração da maior parte dos programas de pós-graduação, reforçando o distanciamento e a precariedade que Iamamoto aponta. Formar assistentes sociais sem o compromisso com o agir investigativo, com a correta aplicação da teoria social crítica, com a possibilidade de superar a pseudoconcreticidade em direção à concreticidade - nas palavras de Kosik (1963) é produzir em série, profissionais suscetíveis à alienação cotidiana, ao fetiche da prática e da técnica, como ilustra com precisão Guerra (2018). As Diretrizes de 1996, já fragilizadas no seu formato de aprovação posterior pelo MEC, são enfraquecidas, ainda mais em um cenário de sucateamento e mercantilização da formação profissional.

Um segundo apontamento sobre a pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social é herdeiro direto da crise paradigmática das ciências sociais e do avanço da pós-modernidade, já discutidos na primeira parte desse texto. Ele pode ser levado a diante como um projeto profissional e uma proposta formativa baseada em um *corpus* teórico-metodológico considerado “superado”? Esse é o pensamento que, nos apontamentos de Netto (1992; 2009;

2018), fomenta um ecletismo perigoso, que vai resultar na esterilidade das leituras sobre o ser social, no conservadorismo das técnicas e dos processos de intervenção, bem como em toda sorte de “invencionismos” que servem muito funcionalmente à ordem do capital. Aqui, o Projeto Ético-Político Profissional vai ficando cada vez mais “obsoleto”, pela simples retórica pós-moderna de que o trabalho não é mais central para o debate, de que as meta-teorias foram abandonadas e de que superar a ordem do capital não é mais possível. Em sintonia, o materialismo histórico-dialético é reduzido a puro elemento discursivo - como demonstram Oliveira e Santos (2020) - quando não escamoteado pela presunção liberal vigente de que epistemologicamente não é possível conhecer o real, apenas suas interpretações, o que esvazia também por tabela a capacidade compreensiva da Questão Social e suas formas concretas de expressão na relação capital-trabalho. Essa linha geral de pensamento explica como as teorias pós-modernas fazem avançar e prosperar, atualmente, uma retomada ao conservadorismo dentro da profissão (Cantalice, 2016). Retomada perigosa que, como explicita Montañó (2006), faz ressurgir não só um anti-marxismo, o irracionalismo e uma negação das teorias sociais críticas para explicar o real e seu movimento, como também faz prosperar vertentes ultraneoliberais para o Serviço Social que evocam um revisionismo de seus fundamentos - como o absurdo recentemente divulgado do “Serviço Social Libertário”. Esse crescimento conservador, aponta o autor, sobretudo na América Latina, faz sombrear a importância histórica do Movimento de Reconceituação e das conquistas intelectuais dos anos 1980-1990, questionando a vanguarda do acúmulo de conhecimento produzido pelo Serviço Social brasileiro e, por sua vez, a nucleação para a profissão em que história-teoria-método possuem uma unidade particular. Abre-se, portanto, portas para o relativismo acadêmico-científico revisionista e desestruturante, que ameaça constantemente as árduas conquistas das últimas décadas para a área, e questiona seus limites na América Latina.

Um terceiro elemento consiste em olhar para dentro, entendendo como a pesquisa em Serviço Social é realizada hoje e de que forma ela está organizada, formatada e divulgada. Iamamoto (1993) chama a atenção para o fato de que as políticas sociais são espaços privilegiados de trabalho e que as pesquisas dos assistentes sociais não se podem obscurecer a sociedade civil dessa relação, sob o manto imagético de que o Estado é o recrutador e o demandante do profissional. Sposati (2007) destaca, por exemplo que, depois de um longo período de negligenciando, a sociedade civil enquanto parte importante de suas pesquisas, o Serviço Social tem privilegiado segmentações dos sujeitos sociais conforme as formas materiais de necessidades que se apresentam nas políticas sociais (crianças, adolescentes, idosos etc.). Apesar de produzir dados importantes sobre os usuários dos serviços, sem uma articulação

dessas pesquisas em rede perde-se a totalidade da classe social a que pertencem, e do projeto profissional que norteia a intervenção - dentro ou fora do Estado. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem apontado, também, a problemática do mimetismo entre Serviço Social e Assistência Social, ponto de atenção que deve ser considerado ao se pensar os elementos da realidade que se convertem em problemas e objeto de pesquisa. Nas últimas décadas, o Serviço Social provou que contribui ativamente com a Teoria Social Crítica, na medida em que diversos estratos da classe trabalhadora, interfaces com o Estado e expressões da Questão Social ajudam a compreender o capitalismo atual no contexto brasileiro (Sposati, 2007). Não se pode perder de vista que esses desafios tripartides (precarização dos cursos e espaços de trabalho/ avanço das teorias pós-modernas e ideologias ultraneoliberais/ focalização descritiva das pesquisas) são constantes na pesquisa e produção de conhecimento para o Serviço Social atuais, devendo servir de alerta.

Analisando também a estrutura da pós-graduação em Serviço Social, hoje, no Brasil, necessita-se olhar com atenção, não somente para a prevalência das linhas de pesquisa em Política Social em detrimento de outras discussões, mas também em elementos que começam a aparecer enquanto evidência de possíveis configurações conservadoras. A título de exemplo, há a “hospedagem incômoda” da Economia Doméstica, cuja classificação enquanto área de conhecimento pela CAPES está dentro do Serviço Social e, mesmo com a extinção dos cursos dessa área e transformação de alguns deles em bacharelado de Serviço Social, não se pode esvaziar de sentido a sua longa permanência higienista-eugenista que prevaleceu em formatos mais brandos até muito recentemente (Amaral Junior, 2021). Há um duplo movimento de avanço silencioso do conservadorismo, alinhado ao descritivismo situacional das pesquisas, que precisam ser investigados enquanto tônica mais recente da pesquisa em Serviço Social.

5 Considerações finais

Em de conclusão, com o importante debate de Carlos Nelson Coutinho, em “O estruturalismo e a miséria da razão” (2012), o diálogo vazio e estéril que o estruturalismo - e posteriormente o pós-estruturalismo ou pós-modernismo – serviu, é resultado de um modelo de capital que precisa elaborar um novo *corpus* ideológico, que sirva, sem problemas, à nova ordem liberal. O ultraneoliberalismo se alimenta do negacionismo, do irracionalismo, do anti-intelectualismo, exemplos que os acontecimentos recentes do Governo Bolsonarista na crise-pandêmica-global não fazem arrefecer. Nesse sentido, a crise paradigmática das ciências sociais

é funcional ao regime de acumulação capitalista, pois precisa de um correspondente ideológico que negue, de uma só vez, a capacidade de conhecer o mundo e a capacidade de transformá-lo.

Paradoxalmente, na medida em que tanto o neoliberalismo avançava como resposta ao esgotamento fordista-keynesiano quanto a pós-modernidade se apresentava como alternativa superior às conquistas intelectuais da modernidade, o Serviço Social brasileiro fazia sua incursão pela teoria social crítica, chegando ao que, nas palavras de José Paulo Netto, seria a sua “maturidade intelectual”. Maturidade que só é possível ao superar seus contornos tradicionais, teórico e metodologicamente, mas também de maneira estrutural - e aqui reside a importância de desenvolver a pesquisa na área, produzir conhecimento específico e conectar todas as partes que formatam a heterogênea categoria profissional. Esse é o paradoxo que se desdobra hoje para o Serviço Social: manter-se atual, mesmo contra a retórica ultraneoliberal e pós-moderna de que sua base está obsoleta. Aqui, é importante manter ativas e conscientes as dimensões epistemológicas, filosóficas e ontológicas do que, de fato, é incorporar o materialismo histórico-dialético. Enfraquecer qualquer elo dessa cadeia é, invariavelmente, suscitar um revisionismo dos fundamentos do Serviço Social.

A história tem demonstrado que, nos idos da resistência, da insistência e das lutas cotidianas, o Serviço Social brasileiro continua na vanguarda da direção de um formato crítico, capaz de comportar um projeto profissional à luz de um projeto societário, mesmo com os desafios da ordem atual. O Serviço Social brasileiro tem uma dívida com os vizinhos latino-americanos, na medida em que, mesmo em cenário desfavorável e de contrarreformas, construiu-se uma proposta sólida, nacionalmente integrada em torno de um currículo comum e coeso, com reconhecimento acadêmico e que continua na luta em defesa de seu projeto profissional. A crescente desigualdade e as gritantes contradições que o capitalismo ultraneoliberal gesta, constantemente ratificam a necessidade de se proceder com um projeto profissional de fato transformador. Assim, retoma-se a tese onze, presente em “A ideologia alemã”, em que não é suficiente somente interpretar o mundo, mas transformá-lo. Para transformar, é necessário começar compreendendo-o em seu complexo de múltiplas determinações, saindo da aparência mistificadora em direção à sua essência. Pesquisa e produção do conhecimento, portanto, constituem parte indissociável da *práxis* dos assistentes sociais que possibilita esse movimento.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMARAL JUNIOR, J. C. Economia Doméstica e Serviço Social: análise das contingências históricas de uma aproximação. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, p. 179–193, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp.202112>. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3300>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CANTALICE, L. B. O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231–260, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, C. N. **Estruturalismo e a miséria da razão**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, C.M; BACKX, S; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social - Desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos - O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e o Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-crítica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Caderno ABESS**, São Paulo, v. 6, p. 101–116, 1993. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/09-caderno-abess-n6-ensino-e-pesquisa-no-servico-social-desafios-na-construcao-de-um-projeto-de-formacao-profissional-201702011346586501980.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

KHUN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Perspectivas, 2017.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1963.

LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Coletivo Veredas, 2020.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálysis**, v. 9, n. 2, p. 141–148, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HpHhC9qhR7nnrtptLDbvsyJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, São Paulo, p. 1–22, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NETTO, J. P. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. **Caderno ABESS**, São Paulo, v. 5, p. 7-16. 1992. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/02-cadernos-abepss-n5-a-controversia-paradigmatica-201702011247122614620.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Serviço Social** - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

OLIVEIRA, R. N.; SANTOS, T. M. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 63-71, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p63>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/zgtgxHMSSNxSm4HbC6MXFyh/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção do conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 15-25, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins, 2009.